

*Especial - CPI das Universidades***Mais do que nunca, a defesa da autonomia universitária é nossa principal tarefa!**

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Assembleia Legislativa de SP (Alesp) para investigar a gestão das universidades estaduais paulistas completa cinco meses de funcionamento. Cercada de polêmicas, algumas explícitas e outras nem tanto, as reuniões têm alternado demonstrações de arrogância, desconhecimento e obscurantismo sobre o que são estas instituições, o papel que cumprem e os seus reais problemas.

A CPI é composta por nove deputados titulares e seus suplentes. Os titulares são: Wellington Moura (Republicanos), Carla Morando (PSDB), Valéria Bolsonaro (PSL), Professora Bebel (PT), Leci Brandão (PCdoB), Barros Munhoz (PSB), Arthur do Val (DEM), Daniel José (Novo) e Professor Kenny (PP).

O Fórum das Seis vem acompanhando de perto todas as sessões. Desde o início, estabeleceu contato com os/as deputados/as, especialmente aqueles que vêm se colocando em defesa das universidades.

Na atual etapa, é importante fazer um balanço do que ocorreu até aqui e sinalizar o que pode acontecer após o final dos trabalhos da CPI, previsto para 9/11/2019.

De manobra a instrumento político

A instalação da CPI das Universidades foi fruto de uma manobra da base do governador João Doria na Alesp. Como a regra da casa prevê a instalação de somente cinco CPIs por ano, assessores de deputados do PSDB e de outros leais a Doria ficaram 63 horas na fila, em março deste ano, para evitar que uma CPI para investigar a Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S.A.) constasse entre os primeiros cinco pedidos. A Dersa, empresa do governo paulista, está no centro das atenções porque seu ex-diretor Paulo Vieira de Souza encontra-se preso, sob a acusação de peculato e formação de quadrilha. A manobra deu certo e a CPI da Dersa rolou ribanceira abaixo na lista dos requerimentos. Deputados de oposição ao governo Doria também tentaram emplacar, sem sucesso, uma comissão para investigar isenções fiscais concedidas a grandes empresas ao longo dos últimos 10 anos, que somam um total de renúncia de receitas de, aproximadamente, R\$ 115,5 bilhões. Uma conta rápida mostra que, somente para as universidades estaduais paulistas, isso gerou uma perda de cerca de R\$ 11,5 bilhões neste período.

O resultado de toda esta armação foi a instalação



Foto: Assessoria Alesp

A primeira sessão da CPI, em 24/4/2019, foi marcada por polêmicas a partir de entrevista de Wellington Moura dois dias antes

de cinco CPIs que não ameaçam o governo. Além das universidades, foram aprovadas CPIs para “investigar” irregularidades na Barragem Salto Grande, na venda de animais por canis e pet shops, na gestão da Fundação para o Remédio Popular e na prestação de serviços de táxi aéreo.

A CPI das Universidades foi proposta pelo deputado Wellington Moura – vice-líder do governo na Alesp – e teve início no dia 24/4/2019. O próprio Moura foi eleito presidente e Carla Morando é a vice-presidente, ambos da estreita confiança do governador. A relatoria ficou para Valéria Bolsonaro.

Nuvens da inquisição

O início dos trabalhos da CPI foi marcado pela polêmica sobre o objetivo ideológico por trás da iniciativa. Na esteira de posicionamentos impensáveis até pouco tempo atrás,



→ por parte do presidente da República e dos ministros da Educação que se sucederam, especialmente contra as universidades federais, a CPI paulista foi cenário de manifestações obscurantistas antes mesmo de começar. O próprio Moura, em entrevista ao jornal *O Estado de SP*, disse que havia um “predomínio da esquerda” nas universidades estaduais e que um dos objetivos da CPI seria o de “analisar como as questões ideológicas estão implicando no orçamento” (22/4/2019). Confrontado em plenário, negou que fosse essa a intenção.

Deputados da extrema direita, como o suplente Douglas Garcia (PSL), que é vice-presidente do movimento conservador Direita São Paulo, protagonizaram shows à parte, com afirmações de que as universidades públicas paulistas são a “vergonha do país”, um “antro de libertinagem”, entre outras. Valéria Bolsonaro, sua titular, fez inúmeras intervenções questionando o conteúdo das pesquisas – “para que tantas pesquisas sobre o aborto?” – e cobrando critérios para a concessão das bolsas de fomento.

Na sessão de 9/9/2019, em que compareceram para oitivas à CPI os pró-reitores de Pesquisa da Unicamp e da Unesp, respectivamente Munir Skaf e Carlos Frederico de Oliveira Graeff, a deputada do PSL quis saber qual é o critério para uma pesquisa durar 20 anos. Skaf lhe respondeu que era físico, estava na Unicamp há 23 anos e, em todo esse tempo, tem pesquisado a mesma área. “Há uma onda de propagação da ignorância que faz, por exemplo, com que doenças sob controle voltem por causa do questionamento da vacina”, comparou o pró-reitor da Unicamp. Na mesma sessão, Carla Morando fez coro às recorrentes defesas do colega Daniel José, e perguntou se não seria mais “interessante” priorizar uma ou duas áreas para investir, citando como exemplo “exatas e biológicas”. Skaf rebateu com outra comparação: “A senhora assistiu a Lista de Schindler? Viu que os soldados separam as pessoas e mandam para o trem as que não consideram essenciais? É isso que querem fazer hoje com História e Literatura e já temos até gente opinando que o nazismo não é de direita.”

Graef, da Unesp, completou dizendo que este tipo de raciocínio não leva em conta os impactos sociais que uma pesquisa pode ter.

Pedidos absurdos, aliás, têm mostrado o tamanho do

Os três reitores já compareceram à CPI. Do alto para baixo: Marcelo Knobel, Vahan Agopyan e Sandro Valentini. Ao lado do reitor da Unesp, Carla Morando e Wellington Moura, respectivamente vice-presidente e presidente da CPI

desconhecimento que a maioria dos deputados da CPI mantêm em relação à universidade pública. Na sessão do dia 4/9, por exemplo, Carla Morando fez aprovar requerimento para que Unesp, Unicamp e USP apresentem “uma relação de todas as pesquisas realizadas” com verba própria em cada universidade nos últimos oito anos, com as seguintes informações especificadas “no Excel”: título e objeto da pesquisa, valor gasto pela universidade e por terceiros (de forma discriminada), responsável pela pesquisa, resultado da pesquisa, qual o benefício para a universidade e para a sociedade, prestação de contas dos valores recebidos” etc.

As nuvens da ignorância e do obscurantismo, que pairam sobre o país governado pelo presidente cujo guru filósofo defende a teoria de que o planeta é plano, não poderiam deixar as estaduais paulistas a salvo, é claro. Mas esse viés ideológico, embora presente e persistente, não parece ser o objeto central dos trabalhos da CPI agora.

Autonomia, o provável alvo

O Fórum das Seis vem interagindo com os deputados, especialmente aqueles sensíveis à importância das universidades, fornecendo-lhes informações e sugerindo a escolha de temas que possam expor as razões da crise de financiamento das universidades públicas paulistas, tais como:

- A quebra do compromisso empenhado pelo governo estadual, de que repassaria recursos perenes às universidades estaduais paulistas para compensar os seguidos processos de expansão a partir dos anos 2000.

- As manobras feitas pelo governo estadual antes de repassar os 9,57% do ICMS-Quota-Parte do Estado às universidades. Inevitavelmente, o governo retira da base de cálculo os recursos destinados a itens como Programas de Habitação, juros de mora e dívida ativa. E o detalhe é que estes itens não são extraídos da quota-parte que vai para os municípios. Só para se ter uma ideia do tamanho do prejuízo que isso causa às universidades, no período de 2014 a 2018 elas deixaram de receber um total de R\$ 1,5 bilhão.

- A responsabilidade do governo na insuficiência financeira das universidades. Como se sabe, de acordo com a lei que criou a SPPrev, a Lei Complementar 1.010/2007, a responsabilidade pelo pagamento da “diferença



Fotos: Assessoria Alesp



entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores”, inclusive dos aposentados, é do tesouro estadual. O detalhe é que o governo cumpre a lei... menos para as universidades estaduais. Em 2017, a insuficiência financeira média correspondeu, aproximadamente, a 20% dos repasses oriundos do ICMS para as universidades paulistas.

■ O papel decisivo que as universidades estaduais paulistas cumprem para o desenvolvimento do país, respondendo por cerca de um terço da produção científica nacional. USP, Unesp e Unicamp praticamente dobraram de tamanho nos últimos 20 anos em número de matrículas de estudantes de graduação e pós-graduação. Ampliaram muito sua produção em pesquisa e extensão, com aproximadamente o mesmo número de docentes e uma diminuição do total de técnico-administrativos.

No entanto, já está claro que essas preocupações não estão no horizonte da maioria dos membros da CPI. Ao contrário, começam a ganhar corpo declarações que questionam a autonomia universitária, especificamente no que diz respeito à garantia de vinculação orçamentária (o percentual de 9,57% da quota-parte do Estado no ICMS) e a gestão desses recursos. Na sessão de 28/8, por exemplo, o deputado Carlão Pignatari, que é líder do governo na Alesp e não é membro da CPI, compareceu para dizer que defende a manutenção da “autonomia pedagógica”, mas que é preciso “abrir a discussão” sobre aspectos da gestão financeira. A deputada Valéria Bolsonaro, a relatora da CPI, pegou carona na fala do colega e foi enfática ao afirmar que “é preciso rever essa autonomia para que ela não se torne uma soberania das universidades”, dando claros indícios de que pode incluir o tema no relatório final.

Problemas centrais estão à deriva

Não houve na CPI, até este momento, um debate sobre os problemas substantivos das universidades, que ameaçam paralisá-las a curto prazo. Pouca atenção tem sido dada às históricas reivindicações por mais recursos para combater a crise de financiamento que as atinge, encaminhadas pelo Fórum das Seis nos últimos anos. O que predomina é uma incursão errática em assuntos que não têm peso maior no que diz respeito à preservação das universidades públicas paulistas.

Aparentemente com o intuito de zelar pela boa gestão dos recursos para os universos públicos, a maioria dos deputados têm mantido o foco na

investigação da observância da aplicação do subteto estadual; no que consideram altos salários; nos eventuais desvios que julgam possam estar ocorrendo no pagamento de diárias; no que imaginam que deva ser a jornada de trabalho docente; no caráter, no financiamento e nos temas das pesquisas produzidas. Certamente, eventuais desvios na aplicação dos recursos públicos em qualquer instituição pública devem ser apontados e corrigidos, mas, no caso das universidades estaduais paulistas, como descrito anteriormente, há uma situação emergencial decorrente do não cumprimento da Lei 1.010/2007 por parte do governo estadual e do subfinanciamento estatal. Se esta situação não for superada em curto prazo – mesmo que todos os problemas administrativos, reais ou não, atribuídos pela CPI às universidades, sejam resolvidos – as condenará ao aprofundamento do processo de sucateamento a que estão submetidas há vários anos, aproximando-se rapidamente de um grau de deterioração de difícil reversibilidade.

Pelo andamento que teve até agora e considerando as manifestações da maioria dos deputados que compõem a CPI, a autonomia universitária, que completa três décadas este ano, em grande parte responsável pelo desenvolvimento expressivo das estaduais paulistas neste período, corre sérios riscos. Também corre riscos o tripé ensino, pesquisa e extensão, que propiciou a excelência da produção de ciência, tecnologia e pensamento crítico em nossas universidades. A CPI parece caminhar na direção oposta ao que está estabelecido no artigo 207 da Constituição Federal de 1988: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Atenção e mobilização

Há, portanto, um cenário de desastre iminente sendo construído contra as universidades públicas paulistas, que tende a agravar a dinâmica de desmonte a que estão submetidas, e que vai na direção de submetê-las aos interesses da iniciativa privada, com a perspectiva da concepção neoliberal de estado mínimo, modificando a natureza e rebaixando a qualidade dos serviços que têm prestado ao estado de São Paulo e ao país.

Diante disso, o Fórum das Seis conclama toda a comunidade universitária a aumentar o seu engajamento na luta em defesa da Unesp, da USP e da Unicamp, porque entende que é hora de resistir ativamente aos ataques atuais e aos que virão contra essas instituições, que constituem um valioso patrimônio do povo paulista e brasileiro, e cuja preservação é fundamental para a sustentabilidade da soberania nacional.

Fique atento às informações e convocações de sua entidade representativa!



Publicação especial do Fórum das Seis, sobre os 30 anos da autonomia, pode ser conferida no site da sua entidade: um pouco da história, da importância e dos desafios que esta conquista enfrenta agora